



aprova
concursos

MP-SC

Analista: Contabilidade

Ministério Público
de Santa Catarina



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.

Formas textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.

Marcas gerais de textualidade.

Marcas específicas de cada gênero textual.

Níveis de linguagem e sua adequação.

Estruturação das frases em componentes: operações de substituição, deslocamento e modificação.

Estrutura e formação de palavras.

As classes de palavras e seu desempenho textual.

A relação entre vocábulos: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos, hiperônimos, hipônimos.

A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Ortografia.

Tipos de discurso.

Linguagem figurada.

A pontuação e os sinais gráficos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Estruturas Lógicas.

Lógica de Argumentação.

Diagramas Lógicos.

Trigonometria.

Matrizes Determinantes e Solução de Sistemas Lineares.

Álgebra.

Probabilidades.

Combinações,

Arranjos e Permutação.

Geometria Básica.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: conceito, estrutura, órgãos públicos, centralização, descentralização e desconcentração.

Princípios administrativos.

Organização administrativa: administração direta e indireta.

Poderes e deveres dos administradores públicos.

Atos Administrativos.

Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

Responsabilidade civil da Administração Pública.

Licitação (Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021).

Serviços Públicos.

Processo administrativo.

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 atualizada).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Da aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais;

dos direitos de nacionalidade;

dos direitos políticos.

Da organização político-administrativa: das competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Do Poder Legislativo: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais;

Do Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, da CRFB/1988);

Dos Tribunais e Juízes dos Estados.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas.

LEGISLAÇÃO

Lei da Ação popular (Lei nº 4.717/1965).
Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).
Estatuto da pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993).
Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

(PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, EXCETO ANALISTA EM SERVIÇO SOCIAL)

Lei Complementar nº 736, de 15 de janeiro de 2019.
Lei Complementar nº 738, de 23 de janeiro de 2019.
Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.
Fatos contábeis e variações patrimoniais.
Lançamentos contábeis.
Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).
Noções de Legislação societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.
Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (até a data da publicação do edital).
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.
Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).

Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Notas explicativas.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ativo Intangível.

Arrendamentos.

Subvenção e Assistência Governamentais.

Contratos de Seguro.

Ajuste a Valor Presente.

Estoques.

Custos de Empréstimos.

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Evento Subsequente.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativo Imobilizado.

Propriedade para Investimento.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Tributos sobre o Lucro.

Benefícios a Empregados.

Demonstrações Consolidadas.

Mensuração do Valor Justo.

Receita de Contrato com Cliente.

Contratos de Concessão.

Relato Integrado: conceitos e estrutura.

Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NBC TSP Estrutura Conceitual - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; e de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Sistema de Contabilidade Federal.

Organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009).

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): conceito, objetivos, usuários e segurança do sistema (princípios e instrumentos).

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.

Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.

Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.

Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no MCASP (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial).

Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.

Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

Administração Financeira e Orçamentária.

Orçamento público: conceitos e princípios.

Evolução conceitual do orçamento público.

Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.

Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leis de Créditos Adicionais.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.

Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal.

Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Sistemas de informação da Administração Pública Federal: SIAFI, SIASG e SICONV.

Finalidade.

Principais informações.

Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação e portarias regulamentadoras.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Conceito, evolução.

Distinção entre auditoria interna e auditoria externa ou independente.

Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

Relação entre auditoria interna, governança, gestão de riscos e controle.

Novo modelo das Três Linhas 2020 do Institute of Internal Auditors-IIA (atualização das Três Linhas de Defesa).

Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna.

Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP): NBASP 100 (ISSAI 100)

Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, NBASP 200 (ISSAI 200)

Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira, NBASP 300 (ISSAI 300)

Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional, NBASP 400 (ISSAI 400)

Princípios fundamentais de Auditoria de Conformidade.

Auditorias de conformidade, financeira e operacional.

Conceitos, características e finalidades.

Outros instrumentos de fiscalização: levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. Planejamento de auditoria.

Modelo de risco de auditoria.

Termos da auditoria e estratégia global de auditoria.
Técnicas para obtenção do entendimento do objeto e de seu ambiente.
Materialidade.
Escopo do trabalho.
Avaliação dos riscos gerais do trabalho, dos riscos inerentes e de controle.
Respostas do auditor aos riscos gerais do trabalho.
Respostas do auditor aos riscos de distorção relevante ou residuais (natureza, época e extensão).
Matriz de Planejamento.
Métodos de amostragem aplicáveis às auditorias: por atributos e por unidade monetária. Técnicas e procedimentos: inspeção documental, inspeção física, reexecução, recálculo, observação direta, entrevista indagação, circularização, conciliação, procedimentos de revisão analítica, cruzamento eletrônico de dados.
Suficiência e adequação das evidências.
Matriz de Achados.
Tipos de opinião de auditoria em trabalhos de asseguaração razoável.
Documentação da auditoria.
Supervisão e Controle de Qualidade.
Normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (IN-TCU 84, de 22 de abril de 2020)



aprova
conursos

0800 727 6282

www.aprovaconursos.com.br